

O Clube Militar: as eleições de 1962 e a derrota do nacionalismo

Rachel Motta Cardoso

O presente texto é fruto de pesquisa recente que vem sendo desenvolvida sob a orientação do professor Renato Luis do Couto Neto e Lemos. A princípio, o trabalho estava voltado para a esquerda militar (oficiais do Exército nacionalistas, comunistas e legalistas), mas por problemas quanto à disponibilidade das fontes, algumas mudanças foram necessárias. O foco foi redirecionado e o grupo a ser estudado se trata dos militares nacionalistas legalistas que atuaram no período de 1961-1964.

A questão do nacionalismo militar é um tema de suma importância quando tratamos da história política do Brasil Contemporâneo. O presente tema não tem uma vasta bibliografia produzida a respeito, daí a necessidade deste estudo. O trabalho aqui apresentado está relacionado com esta temática e voltado para o período da Crise da Legalidade, ou seja, 1961-1964. Para tratarmos a ação deste grupo consideramos bastante significativo o estudo das eleições do Clube Militar em 1962, quando o grupo antinacionalista, representado pela Cruzada Democrática, sai vitorioso. Este acontecimento é entendido aqui como fundamental para o planejamento e efetivação do golpe em 1964. Além disso, as origens deste movimento nacionalista em fins dos anos 1940 e a disputa nas eleições do Clube Militar também não devem ser esquecidas, de forma a deixar claro o processo de disputas entre as alas nacionalista e antinacionalista — também chamada de entreguista ou golpista.

Primeiramente, como definiríamos ou caracterizaríamos o nacionalismo militar?

O texto de Rouquié, nos parece apropriado. Diz ele:

“O nacionalismo enquanto ideologia de um desenvolvimento de tipo nacional, não privilegiava qualquer das formas de exercício de poder político: era partidário de soluções que estimulassem a industrialização

e evitassem a penetração do capital estrangeiro, Mas o nacionalismo, sobretudo no interior das Forças Armadas, caracterizava-se por um forte conteúdo antiliberal, cujas origens devem ser buscadas principalmente na oposição aos grupos agroexportadores, mais do que na oposição aos fundamentos do liberalismo enquanto doutrina política”ⁱ.

Para Rouquié, a corrente nacionalista militar teria sido formada durante o Estado Novo. É importante ressaltarmos que esta definição de nacionalismo militar se refere às suas origens, em fins dos anos 1930 e início dos 1940.

Quando a questão do petróleo começava a ser debatida, o Clube Militar começa a dar sinais, neste momento, da sua importância no cenário político nacional e como local de debate de correntes políticas distintas oriundas tanto do meio militar quanto do civil. O Clube é visto como um

“elemento privilegiado de ligação entre a sociedade política e a instituição militar, porquanto refletiu a opinião das diferentes correntes militares sobre os problemas da atualidade política e da instituição militar. As eleições para a diretoria do Clube, por sua vez, permitiriam conhecer o estado dessa opinião e medir a influência dessas correntes.”ⁱⁱ

As eleições para o Clube Militar começam a apresentar as divisões presentes no corpo das Forças Armadas (FFAA) e as disputas no meio civil. Para Rouquié,

“O Clube Militar viveu todas as vicissitudes da vida política brasileira daquela época. Sua história é igualmente a história do debate político que se desenrolou no Brasil e também dos acordos concluídos entre as correntes militares e os grupos civis.”ⁱⁱⁱ

A noção de partido militar também é necessária para a discussão neste trabalho:

“...compreendido como uma corrente estruturada e que conduz uma ação sistemática em busca de um certo número de objetivos”^{iv}

Os partidos militares, como propõe Alain Rouquié, começam a defender suas perspectivas. É de acordo com esta lógica que temos as disputas para a direção do Clube Militar e a formação, em 1952, da Cruzada Democrática. A Cruzada Democrática foi fundada em maio de 1952 e tinha como objetivo concorrer às eleições para a presidência do Clube Militar, que seriam realizadas em maio do mesmo ano. Era formada por membros da ala conservadora das Forças Armadas. Foi ela quem dirigiu o Clube Militar de 1952 até 1956, retomando o poder em 1962, data que marca o nosso estudo^v.

As conferências pronunciadas no Clube Militar entre 1947 e 1948, a respeito do petróleo, são bem ilustrativas quanto à questão dos partidos militares. O general Júlio Caetano Horta Barbosa defende o monopólio estatal do petróleo; enquanto o general Juarez Távora defende uma participação da iniciativa privada, incluindo capital estrangeiro, na indústria do ramo petrolífero. A partir de então teríamos duas correntes distintas dentro das Forças Armadas e que passariam a disputar a direção do Clube militar: a ala nacionalista e o grupo chamado de entreguista ou antinacionalista, que teria dado origem à Cruzada Democrática. Em 1950, a ala nacionalista, que era liderada pelos generais Newton Estillac Leal e Horta Barbosa, vence as eleições do Clube Militar. A Ala entreguista se organiza e funda a Cruzada Democrática que, em seu manifesto, acusa os oficiais nacionalistas de serem colaboradores, de forma consciente ou não, da infiltração comunista nas Forças Armadas^{vi}. Rouquié também coloca a questão da infiltração do comunismo que a Cruzada havia denunciado em seu manifesto^{vii}. Com a vitória da Cruzada, o Clube Militar abandonou o seu comprometimento com a tese do monopólio estatal do petróleo^{viii}.

Em 1955, a Cruzada Democrática, aliada à União Democrática Nacional, a UDN, e mais outras forças que participaram da derrubada de Vargas, se opõem às candidaturas de Juscelino Kubitschek (JK) e João Goulart (Jango) às eleições para presidente que seriam realizadas em outubro do mesmo ano. O primeiro era acusado de corrupção, enquanto o segundo de manter estreitas ligações com os sindicatos. Com a vitória destes candidatos os adversários começam a defender a idéia de impedir a posse de JK e Jango, ainda que por meios extra legais^{ix}. Mas

“eclodiu movimento militar liderado pelo general Henrique Lott com o objetivo de deter uma conspiração em preparo no próprio governo então chefiado pelo presidente interino Carlos Luz, devido ao impedimento de Café Filho por motivo de saúde, e de garantir a posse de Juscelino e Goulart”^x

De acordo com Sérgio Lamarão, o êxito deste movimento, dos militares nacionalistas legalistas, teria provocado um esvaziamento do poder obtido pela Cruzada Democrática na área militar. Nas eleições de 1956, a ala nacionalista, liderada pelo general João de Segadas Viana e com o apoio de Lott, venceu as eleições para a direção do Clube Militar. A Cruzada só retornaria em 1962 com o general Augusto da Cunha Magessi Pereira.

De acordo com Nelson Werneck Sodré, a perseguição aos militares nacionalistas teria começado logo em 1952, com a derrubada do general Newton Estillac Leal do Ministério da Guerra – representante da ala nacionalista – em 1952 e a formação da Cruzada Democrática no mesmo ano. Para o autor, a Cruzada Democrática

“Em seu documento de apresentação, impresso em papel de excelente qualidade e largamente distribuído pela rede oficial, aduzia os motivos pelos quais propunha alijar da direção do Clube Militar a corrente ali dominante [nacionalista] (...). Destinava-se a uma missão que visava ‘afastar o Clube Militar das influências totalitárias da direita ou da esquerda’.”^{xi}

Prevaleceria, então, o chamado “nacionalismo racional” como os membros da Cruzada costumavam classificar o seu nacionalismo^{xii}. Para vencerem as eleições em 1952, os membros da Cruzada Democrática teriam perseguido os partidários da corrente nacionalista, através da prisão de vários deles^{xiii}. A Cruzada seria vitoriosa nas eleições do corrente ano. Rouquié também chama atenção para este período destacado por Sodré, pois para ele:

“A médio prazo, essa demissão [de Estillac Leal] significava o início da liquidação da corrente nacionalista — em consequência de seu

afastamento dos postos-chave da hierarquia —, o enfraquecimento do governo Vargas nas Forças Armadas e a retomada da instituição militar pelos antinacionalistas.”^{xiv}

O período chamado de Crise da Legalidade é marcado pela renúncia do então presidente Jânio Quadros em 1961. Os três ministros militares impedem a posse do vice-presidente, João Goulart. Os militares da ala nacionalista legalista defendem os termos da Constituição e apóiam João Goulart. O marechal Teixeira Lott escreve um manifesto em 26 de agosto, em que critica a posição do marechal Odílio Denys, o Ministro da Guerra, ao tentar impedir a posse de Goulart. Além disso, em seu manifesto Lott solicita a ajuda dos intelectuais, dos estudantes, operários, o povo em geral e de seus “camaradas das Forças Armadas que saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história no destino da Pátria”^{xv}.

Mas o que são esses militares legalistas?

Para Rouquié, há uma mudança quanto ao posicionamento dos militares nacionalistas durante as eleições de JK para presidente. Se até aquele momento, os nacionalistas eram conhecidos por um posicionamento mais radical,

“... os oficiais nacionalistas, em seus esforços para sustentar Kubitschek e derrotar Juarez [Távora], tiveram que reorientar sua ação: de nacionalista passaram a constitucionistas, legalistas. A corrente nacionalista, durante todo o período de governo Kubitschek, se apresentará como defensora da Constituição; seu nacionalismo ficará mais prudente e mais moderado”^{xvi}

É importante percebermos que há uma diferença entre estes militares nacionalistas legalistas que apóiam Lott no manifesto para a posse de JK e os da Crise da Legalidade. Rouquié acredita que os nacionalistas legalistas foram divididos em função das constantes alterações hierárquicas feitas por Goulart. A aliança entre legalistas e nacionalistas se deu de forma bem característica durante o período das eleições de JK.

“...ser legalista no tempo de Goulart significava, até certo ponto, defender o nacionalismo radical. Quando o governo Goulart começa a exigir uma revisão dos quadros constitucionais e a exercer seu poder fazendo aprovar as ‘reformas de base’, a defesa da legalidade constitucional é transferida para as mãos dos antigos ‘golpistas’, que traduzem o sentimento majoritário das Forças Armadas”^{xvii}

Isto teria provocado o isolamento da corrente nacionalista e seu afastamento das Forças Armadas após o golpe de 1964.

No clima destes enfrentamentos políticos, que vinham desde a renúncia de Jânio em 1961, teríamos as eleições de 1962 para a presidência do Clube Militar. Os nacionalistas são representados pelo general Peri Bevilacqua. Do outro lado da disputa teríamos a chapa daqueles que queriam uma abertura maior para o capital estrangeiro. Quem representava esta chapa era o general Augusto da Cunha Magessi. As eleições terminaram com vitória da Cruzada Democrática que obteve 4.884 votos contra os 4.312 votos recebidos pela chapa nacionalista^{xviii}.

Por fim, o que podemos verificar é que não podemos estudar os militares nacionalistas que estiveram presentes durante a crise da legalidade sem entender o processo anterior, que vinha desde os anos 1950. Com a formação da Cruzada Democrática, este nacionalismo começa também a se modificar e o objetivo do trabalho é entender até que ponto estas mudanças são significativas para a derrota do grupo nacionalista legalista nas eleições do Clube Militar em 1962 e a articulação dos golpistas para o golpe de 1964, dividindo esta aliança nacionalistas-legalistas originária nos anos 1950 para as eleições à presidência com a candidatura de JK.

ⁱ ROUQUIÉ, Alain (org.). *Os Partidos Militares no Brasil*. RJ: Record, s/d, p. 78.

ⁱⁱ Idem, p. 73.

ⁱⁱⁱ Idem, p.74.

^{iv} Idem, p. 112.

^v LAMARÃO, Sérgio. “Cruzada Democrática”. In: ABREU, Alzira Alves de. E BELLOCH, Israel (organizadores). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (pós-1930)*. RJ: Editora da FGV, 2001, volume II, p. 1725-1726.

^{vi} LAMARÃO, Sérgio. *Op. Cit.*, cf. p.1275.

^{vii} ROUQUIÉ, Alain. *Op. Cit.*, cf. p. 96.

^{viii} Idem, cf. p. 1726.

^{ix} Idem, cf. p. 1726.

^x Idem, p. 1726.

^{xi} SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. RJ: Editora Civilização Brasileira, 1965, cf. p. 374.

^{xii} Idem, cf. p. 328.

^{xiii} Idem, cf. pp. 335-340.

^{xiv} ROUQUIÉ, Alain. *Op. cit.*, p. 97.

^{xv} Idem, p. 327.

^{xvi} Idem, p. 104.

^{xvii} Idem, p. 108.

^{xviii} “Peri Bevilaqua”. In: In: ABREU, Alzira Alves de. E BELLOCH, Israel (organizadores). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (pós-1930)*. RJ: Editora da FGV, 2001, volume I, p. 655-657; e LAMARÃO, Sérgio. “Clube Militar”. In: ABREU, Alzira Alves de. E BELLOCH, Israel (organizadores). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (pós-1930)*. RJ: Editora da FGV, 2001, volume II, p. 1383-1389.